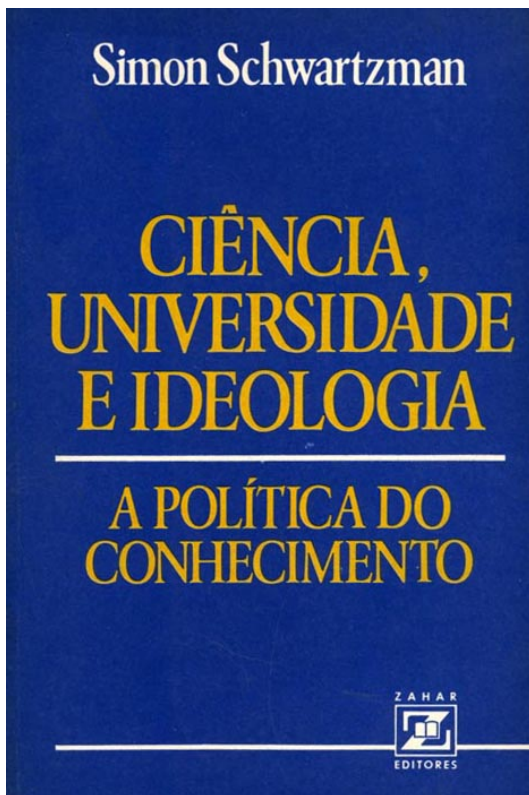


O fim da ideologia?

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 6 de julho de 1979.

(Republicado em *Ciência, Universidade e Ideologia: A Política do Conhecimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980)



As modas só valem pela novidade, e são fúteis e irrelevantes em si mesmas. Ao dizer que "o anti-ideologismo está na moda", Michel Debrun comete a meu ver dois equívocos, em um ensaio por outra parte extremamente inteligente e esclarecedor ("Os Limites do Antiideologismo", *Isto É*, 27-6-79). O primeiro equívoco é desqualificar um fenômeno muito mais profundo do que um simples modismo, que é a falência renovada do pensamento totalizante e pretensiosamente militante para entender e prover linhas de ação política e social satisfatórias para o mundo de hoje. O segundo é tratar a crítica à ideologia como um outro "ismo", uma nova forma de ideologia, em última análise, que pretenderia substituir as outras. Mas o que se trata, exatamente, é de sair da camisa-de-força das ideologias.

Criticar o pensamento ideológico como postura intelectual não significa necessariamente pretender que

as ideologias, no sentido mais lato do termo, venham a desaparecer da vida política. O fenômeno da ideologia, assim como o da religião e dos movimentos coletivos, tem uma lógica própria, que deve ser entendida em termos sociológicos bastante amplos, e que depende pouco do que os intelectuais façam ou queiram. A grande proposta do pensamento marxista, que o faz tão atrativo e ao mesmo tempo causador de tantas confusões, é fundir o conhecimento intelectual da realidade social com a ação política sobre essa sociedade. Levada às suas últimas consequências, essa fusão conduz à noção de que só é verdadeiro e "justo" o conhecimento efetivo, e vice-versa. A crítica a isso já foi feita, anos atrás, por Merleau Ponty, em seu ensaio sobre os processos de Moscou da década de 1930 (*Humanismo e terror*): dentro dessa lógica infernal, a vitória de Stálin sobre seus inimigos lhe deu, ao mesmo tempo, razão, e fez de seus adversários, "objetivamente", inimigos do socialismo e reacionários. Por isso, esses adversários terminavam por admitir sua "culpa", em confissões que entraram para a história. A conclusão que se deve tirar desse exemplo é que

o entendimento, e os princípios normativos da ação, não podem estar fundidos com a prática política concreta, mas ter condições de distanciar-se dela e avaliá-la, como visão crítica, durante todo o tempo.

Não é necessário repetir que recusar a fusão do conhecimento com a prática política não significa dizer que o conhecimento é neutro e livre de valores, e sim reconhecer que existem mediações bastante complexas entre essas duas coisas. Aceitar essa diferenciação não é, simplesmente, uma “questão de método”: implica propor e defender um papel social muito mais limitado para o intelectual do que geralmente são as pretensões grandiosas da intelligentsia, que não pretende menos do que o trono platônico do filósofo rei. A crítica da ideologia é assim, basicamente, uma proposta a respeito do funcionamento de um setor da sociedade, aquele responsável pela produção do conhecimento. Em princípio, ela é compatível tanto com uma postura harmoniosa e não conflitiva da vida política quanto com uma visão muito menos pacífica e acomodada das coisas. O que ela pretende, essencialmente, é que a esfera do político não absorva e esvazie todas as demais.

Debrun entende isso perfeitamente bem, mas é pessimista quanto às suas possibilidades. Para ele, existe um "hiato primordial" na sociedade brasileira que bloqueia seu desenvolvimento, e que só poderá ser rompido através de um grande processo de mobilização ideológica. Ele tem toda a razão ao afirmar ser possível "que a voz de Ariel tenha menos força do que o grito de Caliban", e que não haja espaço nem tempo para que uma política mais racional e lúcida se mantenha viva e presente, na explosão dos anseios das grandes massas oprimidas. Se isso ocorrer, "o debate político não poderá deixar de se desenrolar em termos ideológicos, isto é, em torno dos fins últimos e estratégias globais. Com a consequência inevitável de uma maior politização de todas as esferas de vida."

Um processo político avassalador pode, certamente, jogar por terra toda a memória e conhecimento de uma sociedade, e fazer tábula rasa de sua experiência acumulada de dificuldades, realizações, glórias e impasses. É onde tem mais razão, no entanto, que Debrun cai também vítima das confusões geradas pelo pensamento ideológico. Porque, mesmo que sua previsão seja correta, isso não exclui a necessidade de manter e defender tanto quanto possível a independência e a lucidez da atividade intelectual, mesmo que ela tenha de ficar, como diz Debrun, "à margem dos acontecimentos, por bastante tempo". O papel social dos setores intelectuais deve ser o de manter acesa a chama do conhecimento, para poder retomar o elo necessário entre o passado e o futuro. O preço disso pode ser o de ficar, se preciso for, à margem da política. Essa postura não significa, como erroneamente afirma Debrun, supor que o caminho percorrido no passado "é bom", mas simplesmente que essa é a única realidade que temos, e sobre a qual temos de trabalhar, para evitar, justamente, que os erros do passado ressurgam da sepultura para nos assombrar quando menos os esperamos.

A outra confusão de Debrun é considerar como "ideológica" qualquer discussão mais abrangente e geral sobre as transformações necessárias e o futuro da sociedade. Aqui, a diferença pode ser mais semântica do que qualquer outra coisa. Debrun usa pelo menos dois conceitos distintos de ideologia. Ele denomina "hiper-ideologismo" um tipo de ideologia que considera condenável, e que sintetiza como o resultado "de

hiper-politização dos problemas com uma obsessão pelo uso da dialética". Existiria, no entanto, outro tipo, que ele não descreve suficientemente, mas que poderia desempenhar "um papel mais operacional" na solução dos problemas do país. Se essa "ideologia" significa a preocupação com questões valorativas e modelos alternativos, de organização social equidade, justiça, desalienação etc. eu não poderia estar mais de acordo quanto à sua importância e necessidade. Essas questões devem ser colocadas com clareza cada vez maior no cenário da vida política, nos programas dos partidos, nos debates sobre as questões aparentemente técnicas e operacionais com que nos confrontamos nos próximos meses e anos: o problema da energia, as novas revoluções tecnológicas, o destino de nossas cidades, a produção e distribuição de alimentos, os sistemas de propriedade, os mecanismos de distribuição e controle da renda e do poder político. Mas eu não chamaria essas questões de "ideológicas", porque acredito que elas necessitam ser levadas ao debate público com todo o esclarecimento e profundidade que a análise aprofundada e específica de cada uma delas possa proporcionar, combinadas com a simplicidade e clareza que são próprias das ideias que adquirem força política.

O último tributo que Debrun paga, a meu ver, ao pensamento ideológico, é o excessivo valor que atribui à disputa pelo poder político enquanto tal. A história está cheia de exemplos de servidões que se formam a partir de revoluções, e nos torna céticos quanto aos benefícios que a mera substituição de grupos ou pessoas na cúpula do sistema político pode trazer. Para serem efetivas, as transformações políticas necessitam de vir acompanhadas de processos muito mais profundos de reexame e crítica de todos os aspectos da vida humana, tarefa que vai muito além dos limites estreitos do pensamento ideológico. Sem esse trabalho, a política é estéril e vã.

O grande valor do ensaio de Debrun, finalmente, é chamar atenção para um ponto que precisa ser enfatizado, que é o de que a crítica à ideologia não substitui nem elimina a necessidade da vida política e do confronto de objetivos e valores dentro da sociedade. E que a política pode, muitas vezes, deixar de ser sensata e lúcida, por mais que queiramos que não seja assim. O caminho do conhecimento e da razão não passa necessariamente pelo do poder, e vice-versa. É necessário distinguir um do outro, permitir que ambos existam e coexistam, e que cada qual escolha o seu.